

PT FESTEJA 25 ANOS EM CLIMA DE UNIDADE

O PT comemorou no dia 19 de março seus 25 anos de fundação em um ato público nacional que contou com a presença de cerca de 2.000 pessoas no Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. Estiveram no ato lideranças nacionais e regionais, ministros, governadores, parlamentares, prefeitos, além de 48 delegações de partidos progressistas de esquerda de várias partes do mundo. “Foi um ato muito bonito, emocionante e teve um clima de grande unidade”, avaliou o presidente nacional do PT, José Genoino.

O ato solene foi precedido por uma festa com apresentação de grupos de maracatu, capoeira,

frevo e trios nordestinos. Durante a solenidade, foi exibido um vídeo comemorativo com imagens históricas do partido e de militantes ilustres. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou um artigo escrito especialmente para as comemorações. A íntegra do texto está disponível na página 2.

As comemorações do jubileu de prata do PT seguem ao longo do ano. Em maio, será realizado um ciclo de seminários, além de uma conferência nacional de movimentos sociais. A programação completa das atividades nacionais e estaduais de aniversário do partido estão no site especial de 25 anos (www.pt.org.br/25anos).



Cerca de 2.000 pessoas participaram do ato público, em Recife; a mesa foi composta por membros da Executiva



José Dirceu



Humberto Costa



João Paulo



Fernando Pimentel



Luizianne Lins



Marta Suplicy



Apresentação de grupos culturais nordestinos



Romênio Pereira



Valter Pomar



Pianista Arthur Moreira Lima toca o Hino Nacional

Discursos ressaltam vitalidade e responsabilidades do partido

Dirigentes e governantes petistas de diferentes tendências internas ressaltaram, em seus discursos no ato de 25 anos do PT, a vitalidade do partido e o papel da militância para a continuidade deste vigor, bem como para o êxito do governo Lula — que, como expressou a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, “representa uma das mais fortes experiências da esquerda na história do país”.

O anfitrião da festa, o prefeito de Recife, João Paulo, lembrou que o partido assumiu um papel muito importante na América Latina e no mundo ao chegar à Presidência da República. E alertou sobre a responsabilidade dos militantes no sentido de conduzir os caminhos do partido, garantindo as condições para o sucesso do governo Lula, “avançando cada vez mais na realização da utopia de uma sociedade socialista”.

Fernando Pimentel, prefeito de Belo Horizonte, acres-

centou a responsabilidade do partido em reconhecer a necessidade de alianças políticas. “Temos que ter humildade para saber que sozinhos não faremos a transformação social que nosso país precisa.”

O ministro José Dirceu ressaltou a responsabilidade do partido e do governo de fazer uma renovação social, onde haja distribuição de renda, combate à fome e a instituição de uma nova sociedade. Dirceu afirmou que o governo está reorganizando o Estado brasileiro, retomando o projeto nacional, que só tem sentido se corresponder ao projeto democrático. “Sem o povo, o projeto não tem futuro”. Comentando sobre a angústia que alguns sentem em relação à realização das mudanças, disse: “Basta ter firmeza para realizar as reformas política, econômica e social que o país precisa e quer.”

O ministro da Saúde, Humberto Costa, alertou para o endurecimento, nos próxi-

mos dois anos, dos ataques provenientes daqueles que têm seus interesses contrariados pelo governo Lula. Costa defendeu a manutenção da unidade do PT para responder às eventuais ofensivas e para que, “em mais quatro anos, o presidente Lula possa concluir as mudanças que o país precisa.”

Terceiro vice-presidente do PT, Valter Pomar afirmou que as divergências e diferenças internas são o motivo da vitalidade do partido. “Ao contrário do que setores da imprensa e da direita dizem [que isso seria sinal de desagregação], nós respondemos: É evidente que temos divergências, diferenças, e nós queremos ter muito mais. Feliz é um partido que tem essa vitalidade interna, que tem essa força em sua cultura.” Também discursaram o presidente do PT, José Genoino (leia ao lado), a vice-presidente do PT, Marta Suplicy, e o segundo vice-presidente, Romênio Pereira.

“Valores estão acima do poder”

O presidente nacional do PT, José Genoino, afirmou, em discurso proferido durante o ato nacional de 25 anos do partido, que os valores do PT “estão acima do poder, dos cargos e das carreiras individuais”. “O PT é um partido democrático de esquerda e essa tradição se funda nos valores do PT, que são a melhor coisa que temos”, ressaltou.

Segundo Genoino, o dissenso e a divergência enriquecem e vitalizam o partido, mas esses mesmos fatores podem se tornar desagregadores e impotentes quando não são capazes de produzir consensos e unidades. “A unidade e a disciplina partidárias são decorências deste processo democrático de debate e de formação de decisões e são condições imprescindíveis para a existência do PT como instituição partidária de fato”, afirmou.

Genoino defendeu a importância das alianças políticas — desde que conside-



Genoino: prudência não pode prescindir de ousadia

rados o compromisso democrático e a conduta republicana dos atores envolvidos — e a urgência da reforma política. “O PT deve negociar com as demais forças políticas um compromisso explícito de fortalecimento dos partidos e da representação parlamentar”, afirmou.

Alertou que as mudanças processuais que estão sendo promovidas no país não podem significar “acomodação e mesmice”. “A

prudência com que estamos dirigindo o país não pode prescindir da ousadia dos nossos objetivos”, disse.

“Podemos realizar as mudanças necessárias levando em conta as condições e os limites próprios do ato de governar, mas não devemos deixar de ter como objetivo estratégico conquistas que tencionam estes limites.” A íntegra de seu discurso está disponível no site dos 25 anos do PT.

25 ANOS

Lula envia artigo sobre trajetória e desafios do PT

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pôde comparecer ao ato em comemoração aos 25 anos do PT, em Recife, mas enviou um artigo que escreveu especialmente para a data. No texto, Lula discorre sobre os principais momentos da história do partido e faz um balanço de sua trajetória até hoje, com os desafios da conquista da Presidência da República. O artigo foi distribuído a todos os presentes e foi lançado simultaneamente no site de 25 anos do PT (www.pt.org.br/25anos). Confira a íntegra:



Cartaz com foto do presidente Lula pregado ao lado de bandeira do Brasil

O motor da nossa História

Luiz Inácio Lula da Silva*

Costumo dizer que os fatos caminham à frente das idéias e não há nisso qualquer menosprezo pelo poder das idéias, tampouco pelo papel dos intelectuais na vida de um povo, nas lutas de um país e, naturalmente, na trajetória de um partido político como o PT.

Na verdade, o que ocorre é que as idéias ajudam os fatos com a força dos argumentos e contribuem assim para decifrá-los, adicionando-lhes um sentido e uma extensão muitas vezes ignorada até pelos seus protagonistas. Não raro esse processo exerce uma influência decisiva no passo seguinte da história, quando o frescor de novos acontecimentos vai gerar, sucessivamente, outras reflexões que ajudarão a empurrar a aventura humana um pouco mais adiante.

Esse diálogo freqüentemente tenso, mas encorajador, que impulsiona a trajetória das sociedades, explica em boa parte também a vigorosa evolução do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

São vinte e cinco anos de lutas e debates em busca de um Brasil mais justo e digno. Lembro-me sempre, com carinho, da primeira bandeira do PT feita lá em casa, em São Bernardo, onde começamos a nos reunir em pequenos grupos depois das greves de 1978 e 1979, justamente para extrair lições daquelas lutas. Uma delas foi a necessidade de construir no Brasil um partido que expressasse de fato os interesses dos trabalhadores e das grandes massas do campo e das cidades.

Foi nessa época que a Marisa costurou uma estrela branca no fundo vermelho de um tecido italiano, guardado durante anos numa gaveta, quem sabe para fazer um vestido. Foi a nossa bandeira, idealizada nos seus rabiscos originais pelo saudoso Julinho de Grammont e alguns outros companheiros. Depois, começamos a estampar camisetinhas com o mesmo símbolo para arrecadar recursos na campanha de filiação.

Assim nasceu o PT: uma mistura de lutas concretas, muita discussão e o sonho de um futuro melhor estampado com carinho e coragem num retalho de pano vermelho, iluminado por uma estrela branca. Em 1982, surgiu o genial "oPTei", criação do também saudoso Carlito Maia, que traduziu de forma tão forte e direta a opção por um partido novo e promissor.

Esses mesmos ingredien-

tes estão presentes hoje na singular experiência do partido que chega ao poder numa sociedade marcada por desafios seculares, responsáveis pela tensão inevitável entre os limites do Estado e as justas demandas da grande maioria do nosso povo.

Não vejo aí, porém, uma ruptura na dinâmica de construção do PT. Ao contrário. A experiência do poder apenas acelera e aprofunda o velho diálogo iniciado lá atrás entre fatos e idéias, submetidos ao implacável escrutínio da prática política que nos ensinou uma lição de enorme atualidade: podemos sempre modificar as velhas circunstâncias de uma sociedade, mas não podemos jamais esquecer que elas existem.

O PT, portanto, tem lastro democrático para enfrentar as contradições previsíveis do exercício do poder, como está fazendo. Sabemos por experiência de vida que mudanças sociais profundas não derivam do voluntarismo estatal, mas decorrem da capacidade de luta de cada povo para transformar o Estado, e suas políticas, no agente efetivo dos interesses majoritários.

Esse aprendizado que começou no chão da fábrica é o grande fio dos sonhos e inquietações que, felizmente, continuam a povoar o interior do nosso partido. Eles são indispensáveis para dar conta da grande tarefa republicana do nosso tempo, que é colocar a máquina produtiva do século XXI a serviço da igualdade social negada no século XX. Trata-se em última instância de continuar consolidando uma agenda histórica desbravada intuitivamente pelos movimentos e lutas que marcaram a política brasileira nas últimas décadas, convergindo para a criação do PT.

O anseio por democracia, então, encontrou o clamor de justiça social nas ruas, nas fábricas e nos campos para formar uma daquelas correntezas humanas que não deixam a história nenhuma outra opção senão apressar o passo em direção à mudança.

O mundo rangeu algumas vezes nestes últimos vinte e cinco anos. E o que ele disse através de deslocamentos políticos e econômicos decisivos veio reforçar a certeza de que, no geral, fizemos as escolhas corretas desde o início. A queda do Muro de Berlim, por exemplo, oito anos após a criação do PT, tornaria ainda mais evidente que um capítulo da História havia se esgotado, deixando em

aberto o grande desafio progressista do futuro: restaurar o elo perdido entre o ideal da liberdade e os valores da tradição igualitária e humanista na era da globalização.

O PT não foi apenas o estuário precursor dessa busca, mas tem nela o motor da sua evolução. Devemos nos orgulhar dessa trajetória — e não apenas isso. É crucial mantê-la a salvo de sínteses ilusórias, baseadas em "verdades definitivas", sejam aquelas inspiradas em lógicas contábeis, ou projeções idealizadas da realidade, tantas vezes já desmentidas pela emergência avassaladora dos fatos e da criatividade humana.

Não se trata, evidentemente, de render-se ao império das circunstâncias, tampouco transformar a necessidade em virtude. Nada mais distante disso do que a fidelidade à experiência das lutas concretas, sedimentada pelo debate plural e democrático. Ela tem assegurado ao PT uma bússola mais poderosa que qualquer outro modelo que pretenda explicar e patrocinar o futuro com o pé fora da realidade e a cabeça alheia às lições do passado.

Estou convencido de que a justiça social é a nova fronteira da soberania no mundo da globalização. Mas para que ela se imponha diante das forças avassaladoras do espaço mundial, é necessário um avanço da democracia participativa na vida dos povos, na arquitetura dos Estados nacionais e nas instâncias decisórias do poder internacional.

A busca dessa síntese determina uma incontornável vocação para a pluralidade e o desassombro diante dos valores da vida contemporânea. Ela permite ao PT, entre outras coisas, enxergar-se como parte desse processo em curso, portanto causa e efeito das inquietações, lutas, sonhos e idéias que vão lapidar as formas de viver e de produzir no século que se inicia.

Tal característica inaugurou uma nova cepa partidária no universo da esquerda brasileira e mesmo mundial. Não há nada no PT que se confunda com a organização monolítica espelhada na polaridade dos modelos partidários egressos da "guerra fria". Ao contrário, nossa singularidade reside exatamente em estimular aquilo que o raciocínio de apenas duas unidades rejeita e a ortodoxia desvaloriza: a ação democrática das bases, a reflexão plural do sujeito coletivo, a síntese cosmopolita e a aversão a tudo o que calcifique e impeça a li-

vre criatividade da existência humana.

É impossível determinar previamente todos os passos e riscos embutidos nessa trajetória, mas é inegável que eles existem. Melhor enfrentá-los, porém, do que trilhar o caminho inverso e trocar a rica diversidade que nos define por dogmas mais afeitos à claustrofobia das seitas e dos interesses que engessam a sociedade. Os atritos inerentes a esse caminho não são maquinações de mentes diabólicas, nem ciladas de um enredo previamente arquitetado. Antes, refletem embates estratégicos — práticos e teóricos — que se dão nas condições concretas da História, num quadro mundial desafiadoramente arduo às decisões soberanas tomadas nos circuitos de poder herdados do passado.

É na tensão desafiadora desse cenário que se deve analisar o duplo processo em curso no espaço político brasileiro. A construção da identidade do PT no poder acontece simultaneamente à efetiva realização de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil na era da globalização. Essa é a grande obra político-social que está em andamento no nosso país.

E essa dupla edificação — e duplo aprendizado — não diz respeito apenas aos quadros da nossa militância, nem será resolvido nos estritos limites da vida partidária. Trata-se, na realidade, de um grande embate entre fatos e idéias que pede a arregimentação de todas as forças democráticas do país. Isso porque, no fundo, o que está em jogo não é apenas o futuro do PT, mas sim a capacidade transformadora da democracia no século XXI. Ou seja, seu poder de ancorar materialmente as transformações sociais requeridas pelo desenvolvimento e cobradas pela cidadania.

Até as eleições presidenciais de 2002 esse problema só poderia ser colocado no plano das idéias, mas não dispunha de um chão concreto para ser argüido no calor dos fatos. Temos agora juntos — governo, partido, trabalhadores, intelectuais, artistas, juventude e todas as forças políticas progressistas da sociedade — a oportunidade de contribuir para uma nova síntese histórica. Desse esforço coletivo, tenho certeza, surgirá um PT renovado e mais forte. E, sobretudo, emergirá também um Brasil verdadeiramente republicano, mais justo e melhor para todos.

*Presidente da República do Brasil

OPINIÃO

A necessidade da reforma política

José Genoio*

Os recentes episódios que marcaram as eleições para as presidências da Câmara dos Vereadores em São Paulo, da Câmara dos Deputados em Brasília e da Assembléia Legislativa paulista só confirmam a necessidade e a urgência da reforma política. Nestes episódios, uns e outros atores podem se declarar vitoriosos. Mas, na nossa avaliação, o sistema político e os partidos saíram perdendo. A sociedade não compreende determinadas lógicas contidas nestes processos marcados por incoerências. Com isso, as instituições políticas, os partidos e as lideranças políticas sofrem um processo de deslegitimação junto à opinião pública.

O que se quebrou nestes episódios foi o sentido da prudência, da coerência e do respeito a procedimentos adequados, ainda que informais. Registre-se que, nós, na condição de dirigentes do PT, propusemos ao PSDB e aos outros partidos um acordo geral de procedimentos. O PSDB, que podia jogar um papel decisivo nestas questões, por estar diretamente envolvido, recusou-se a pactuar procedimentos, preferindo o caminho da imprudência — o que levou a uma degradação do ambiente político do país. Cabe agora, no entanto, tirar as lições dos equívocos, olhar para frente e buscar soluções eficazes para aperfeiçoar nosso sistema político-partidário e a representação política da sociedade.

Uma das lições a ser aprendida é que a representação política nos Legislativos — Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e Câmara dos Deputados — deve estar sujeita a regras claras e estáveis, que fortaleçam as agremiações partidárias, evitando o desrespeito à vontade soberana do eleitorado, que fixa a força proporcional de cada partido através das eleições. Nós, do PT, nos propomos a negociar com as demais forças políticas um compromisso explícito de fortalecimento dos partidos e da representação parlamentar, expresso em exigências de fidelidade partidária, proporcionalidade na representação do eleitorado na Câmara e compromissos com programas e plataformas partidárias. A valorização do Legislativo como fonte maior da representação popular é tarefa indispensável para se construir uma demo-

cracia autêntica no Brasil.

O PT reafirma suas bandeiras históricas, relativas à necessidade de recuperação das prerrogativas legislativas das Casas Parlamentares, estabelecendo um verdadeiro equilíbrio republicano entre os Executivos e os Legislativos. Mas a recuperação dessas prerrogativas implica também que os Legislativos procedam a reformas internas, modernizadoras e moralizadoras, para recuperar seu prestígio e sua legitimidade junto à opinião pública. Estas reformas estão implicadas com a modernização regimental da Câmara, do Senado, do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, com vistas a buscar maior eficácia no processo legislativo. Implicam também o fim das convocações extraordinárias dos Legislativos, repudiadas pela opinião pública, porque nelas se vê privilégios, e a redução do tempo de recesso parlamentar.

Entendemos ser possível e necessário estabelecer um pacto entre todos os partidos para votar, ainda em 2005, alguns pontos centrais da reforma política. Alguns destes pontos poderiam entrar em vigor desde já e outros a partir de 2008. A reforma política, do nosso ponto de vista, deve estar orientada para atender dois objetivos: por um lado, diminuir o custo da governabilidade e do funcionamento das instituições políticas, aumentando sua eficiência; de outro, reduzir drasticamente a corrupção política e nas instituições.

Por isto, é desejável que sejam instituídos mecanismos que fortaleçam os partidos políticos e seus programas e que garantam a fidelidade partidária. O melhor mecanismo para fortalecer os partidos, parece-nos, consiste na adoção de listas preordenadas nas eleições legislativas, induzindo o eleitor a votar em partidos e programas, não apenas em indivíduos. A moralização política e institucional será mais fácil de ser alcançada se for instituído o financiamento público das campanhas. Para que este mecanismo se torne efetivo e não seja desmoralizado, são necessárias regras rígidas de fiscalização, controle e penalização, seja em relação ao financiamento dos partidos, seja em relação ao financiamento das campanhas eleitorais.

* presidente nacional do PT

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genoio

SECRETÁRIO NACIONAL

DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Sereno

EDIÇÃO

Priscila Lambert - MTb 31085

REDAÇÃO

João Paulo Soares (subeditor),

Claudio Cezar Xavier, Vladimir Braga

e Walter Venturini (repórteres),

Renata Bessi e Henrique Melhado

Barbosa (estagiários)

ASSESSOR ADMINISTRATIVO

Rodrigo Zamprogna

APOIO ADMINISTRATIVO

Rafaela Soares

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

SEDE

Rua Silveira Martins, 132

São Paulo, SP CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349

E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Gráfica King

25 ANOS

Seminário discute rumos do partido

O Diretório Nacional do PT fará um ciclo de seminários como parte das comemorações dos 25 anos do partido. As mesas de debates definidas até o momento ocorrerão em São Paulo, nos dias 5 e 13 de maio, com os temas "Rumo Histórico da Esquerda e o Papel do PT" e "Perspectivas do Projeto Nacional", respectivamente.

A intenção é que sejam realizados pelo menos outros quatro seminários em diferentes capitais do país, mas a direção nacional ainda está discutindo a viabilidade com os diretórios estaduais.

Também como parte das festividades, será realizada, nos dias 14 e 15 de maio, a Conferência Nacional de Movimentos Sociais do PT. As principais datas do calendário do PED (Processo de Eleição Direta) também levarão o carimbo do jubileu de prata. As comemorações se encerrarão com o 13º Encontro Nacional do PT, no dia 4 de dezembro.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

Seminário Nacional

Data: 5 de maio — **Horário:** 19 horas
Local: São Paulo
Tema: Rumo Histórico da Esquerda e o Papel do PT
Debatedores: José Genoino, Valter Pomar e Tarso Genro

Data: 13 de maio — **Horário:** 19 horas
Local: São Paulo (Novotel)
Tema: Perspectivas do Projeto Nacional
Debatedores: José Dirceu, João Paulo Cunha e Juarez Guimarães
Obs.: As outras mesas de debates não têm data e local definidos

Conferência Nacional de Movimentos Sociais do PT

Data: 14 e 15 de maio de 2005
Local: São Paulo

Ato de Abertura do PED

Data: 21 de maio
O ato de abertura do PED fará parte das comemorações dos 25 anos do PT. O local ainda não foi definido.

Dia das Eleições Diretas no PT

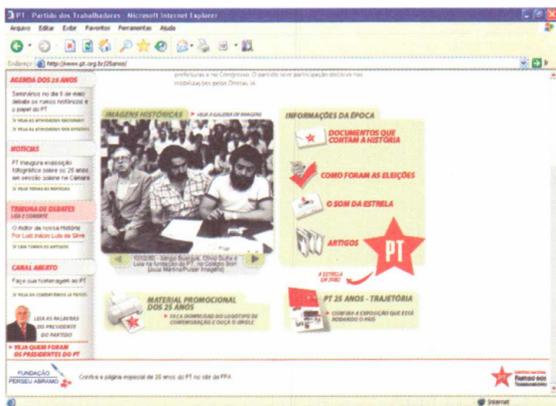
Data: 18 de setembro
As eleições diretas que escolherão os novos dirigentes do PT em todo o país ocorrerão durante as festividades de aniversário do partido

13º Encontro Nacional do PT

Data: 2, 3 e 4 de dezembro
As comemorações dos 25 anos do PT serão encerradas no último dia do Encontro Nacional, que ainda não tem local definido.

Site e exposição contam a história

Como parte das comemorações de seu jubileu de prata, o PT lançou um site especial e uma exposição de painéis que contam a história do partido. O site (www.pt.org.br/25anos) está no ar desde o dia 10 de fevereiro e traz uma linha do tempo com os principais momentos da história do país e do partido, além de documentos históricos, galeria de fotos e artigos que debatem os 25 anos e o momento atual. Na seção Tribuna de Debates, o leitor é convidado a comentar os artigos — são 24 textos publicados até o momento —, e na seção Canal Aberto, os militantes podem escrever suas próprias homenagens ao aniversário — já existem 320 participações registradas. O site foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Comunicação (SNC) e pelo Núcleo de Documenta-



ção (NUD) do PT.

A exposição "PT 25 anos — Trajetórias", lançada na Câmara, no dia 5 de abril, é composta por 25 painéis fotográficos que recuperam o processo das lutas sociais das décadas de 60 e 70 e da fundação do partido, além de retomar momentos marcantes da história do PT. A ideia, segundo Maria Alice Vi-

eira, coordenadora do NUD, é que a exposição percorra todos os Estados nos próximos meses. A organização dos painéis ficou sob responsabilidade do NUD, em parceria com a Fundação Perseu Abramo. O site especial dos 25 anos disponibiliza uma visita virtual à exposição, por meio de arquivos em formato PDF.

ARTIGO

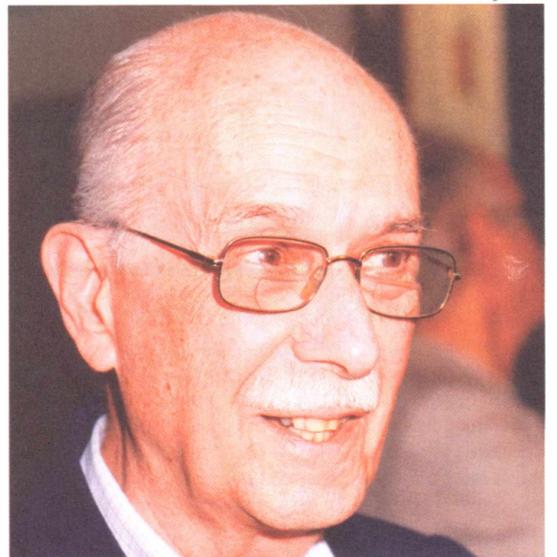
Por que PT?

Antonio Candido*

Para mim, pelo seguinte. Em fevereiro de 1980 estive na reunião do Colégio Sion em que foi fundado o Partido dos Trabalhadores, num ambiente de entusiasmo e esperança. Para a mesa, onde estavam Lula e líderes operários, foram convocadas sob aplausos algumas figuras tutelares que pareciam afiançar o futuro graças ao que haviam sido no passado: Apolônio de Carvalho, Lélia Abramo, Manuel da Conceição, Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda. Chamava a atenção a variada origem política deles: um stalinista, dois antigos trotskistas, um socialista democrático, um militante sindical. Naquele momento, era como se algo novo estivesse nascendo; como se tradição bolchevista estivesse sendo posta de lado a favor de um predomínio do pluralismo democrático na esquerda brasileira.

Foi o que senti naquela hora, por isso acho que neste 25º aniversário do PT cabe dizer que me incorporei sem hesitação a ele porque este algo novo era uma realização dos ideais que animaram o meu grupo político de mocidade: a busca de um socialismo democrático de origem popular, desligado da diretriz soviética e aderente aos problemas específicos do nosso país. Foi o que tentamos em escala modesta, sem grande êxito, na Esquerda Democrática, fundada em 1945 e denominada a partir de 1947 Partido Socialista Brasileiro (PSB), extinto com os outros pela ditadura militar em 1965.

O PSB rejeitava a fórmula monolítica de partido, por isso havia nele simpatizantes do stalinismo, do trotskismo (muito presentes naquele tempo), liberais avançados, cristãos progressistas e grupos que procuravam uma posição socialista crítica e independente, como meus amigos e eu. Para nós, deveria haver um alargamento da teoria política a fim de matizar a rígida oposição marxista de duas classes antagônicas



Antonio Candido, crítico literário e fundador do PT

destinadas à luta inevitável: de um lado, a burguesia, detentora dos meios de produção e do controle da sociedade; de outro, o proletariado, verdadeiro criador da riqueza e portador das virtualidades revolucionárias. Segundo essa polarização, o proletariado deveria derrubar a burguesia, de preferência por meio da revolução, vista como instrumento privilegiado de acesso ao socialismo.

Como não tínhamos equipamento teórico de relevo, íamos apalpando, procurando organizar as instituições e observações de acordo com a análise da nossa realidade.

Achávamos, por exemplo, que nas condições brasileiras a pequena burguesia tinha potencial de radicalidade que devia ser cultivado. E também que o operariado urbano só daria pleno rendimento político se fosse desligado da tutela ministerial que naquela altura pesava tiranicamente sobre ele. Achávamos, ainda, que enquanto os trabalhadores rurais não adquirissem consciência e organização política não haveria base sólida para transformações efetivas no rumo da igualdade econômica e social. Isso, porque entendíamos que as transformações só poderiam orientar-se em sentido socialista e democrático se todas as classes e grupos submetidos ao domínio da burguesia capitalista fossem sujeitos ativos do processo.

Como escreveu Paulo

Emilio Salles Gomes num documento inspirado, os trabalhadores rurais eram "a grande voz muda da história brasileira". Portanto, era preciso ouvir esta voz a fim de completar a participação dos oprimidos.

Este modo de pensar pressupunha a passagem para uma espécie de concepção polifônica da militância socialista, e foi o que senti no Colégio Sion.

Desta concepção resulta uma visão que tenho chamado "bifocal", comportando uma virada ao longe, que visa à instauração do socialismo, e uma mirada de perto, que procura acomodar as aspirações socialistas às limitações da conjuntura.

Eu e outros companheiros entramos para o PT porque ele nos pareceu capaz de realizar esse tipo de política. Não me arrependo. Compreendo, quanto ao governo, a dificuldade que há em passar do projeto à realização, lamento que vários companheiros tenham deixado o partido e penso que é preciso militar de maneira constante dentro, não fora dele, para ajudar o governo a não se desgovernar e a extrair de si mesmo o que outros partidos que chegaram ao poder não têm: o compromisso com a transformação da sociedade em sentido igualitário.

*fundador do PT, crítico literário e um dos maiores intelectuais brasileiros do século 20

DEPOIMENTOS

LEIA ABAIXO PEQUENOS TRECHOS DE ALGUNS ARTIGOS QUE FORAM PUBLICADOS NO SITE ESPECIAL DOS 25 ANOS DO PT:



Aloizio Mercadante (senador pelo PT-SP): "(...) Apesar das mudanças de ênfase ou de prioridades da ação política, impostas pela conjuntura ou determinadas pelas responsabilidades de governo, os princípios e objetivos fundamentais que nortearam a fundação do PT em 1980, e que orientaram permanentemente sua prática política nesses 25 anos de lutas e conquistas dos trabalhadores, continuam sendo os mesmos. E, dentre eles, o compromisso com a democratização do Estado e da Sociedade ocupa, sem dúvida, o lugar de maior destaque. (...) "



Raul Pont (deputado estadual do PT-RS): "(...) Vivemos, hoje, com a chegada à Presidência da República, nosso maior teste na manutenção de nossa coerência e dos nossos objetivos históricos. Estamos aprendendo, mais uma vez, a enorme distância entre vencer

uma eleição, gerar expectativas e efetivamente governar e atendê-las. No governo, por maioria, optou-se por uma governabilidade baseada, exclusivamente, em uma ampliação ainda maior da coligação de forças e o Congresso escolhido como a instituição central de construção de uma hegemonia. O crescimento linear do partido também não pode ofuscar as dificuldades em consolidar vitórias e projetos que durem para além de um mandato. Não temos conseguido garantir programas que gerem uma identidade de projeto com forças sociais que o sustentem de forma duradoura. Esta é uma tarefa irrecusável para um partido como o nosso, que nasceu com a pretensão de transformar a sociedade brasileira."



Delúbio Soares (secretário nacional de Planejamento e Finanças do PT) e **Raimundo Junior** (vice-presidente do PT-DF): "(...) Nossa história mostra que sempre sou-

bemos remar contra a maré. Contra preconceitos; perseguições; estereótipos e adjetivações. Aprendemos a ser movimento social e instituição política. Soubemos ser minoria e trabalhar como oposição; e também construímos maiorias e atualmente governamos. Sabemos perder e temos aprendido a cada vez mais ganhar eleições. É esse movimento intenso e apaixonado que deve fortalecer em nós do PT a convicção que nossos próximos aniversários serão sempre evitados de lutas, vitórias, alegrias e tristezas. São fatos e acontecimentos de uma vida. Uma vida de vanguarda que aos 25 anos já nos faz merecer ouro em razão das conquistas alcançadas para o Brasil e para o nosso povo. São conquistas que representam um Brasil soberano, socialmente justo e economicamente viável e sustentável."



Paul Singer (economista, fundador do PT e titular da Secretaria Nacional de Eco-

nomia Solidária do Ministério do Trabalho): "Neste jubileu de prata, o PT passa por momentos difíceis, dividido entre os que têm esperança no governo e os que desconhecem e, por isso, depreciam a ação do mesmo na área social e internacional. Mas isso não é propriamente novidade. O sofrimento e a alegria são parmes inseparáveis da vida do PT, são provas da imensa vitalidade deste partido, no qual os confrontos se travam com dureza, mas 'sem perder a ternura, jamais'."



Devanir Ribeiro (deputado federal pelo PT-SP): "Os parlamentares petistas privilegiam a ação coletiva da bancada, com um projeto de Brasil mais justo e fraterno, no qual haja igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Trata-se de um partido que prima pelo com-

promisso com a defesa dos interesses populares, juntamente com uma postura ética, de combate à corrupção e ao desperdício dos recursos públicos. Em consonância com os movimentos populares e a sociedade civil, nossas representações nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional abrem caminho para a consolidação dos governos petistas e o apoio social para a democratização do poder. Esse vínculo com os movimentos populares tem distinguido a atuação do PT no Parlamento, no qual introduzimos uma nova dinâmica na bancada. Temos hoje, no PT, uma cultura parlamentar consolidada e um acervo de propostas aprovadas que constituem uma marca indelével na história política do país."



Valter Pomar (3º vice-pre-

sidente do PT): "(...) Será possível reforçar o papel do Estado e ampliar significativamente os investimentos produtivos e sociais sem tocar na hegemonia do capital financeiro? Será política-mante viável "respeitar contratos", fazer a transição de modelo, atender as expectativas populares e vencer sucessivas eleições presidenciais? O PT conseguirá manter-se como partido de esquerda e, ao mesmo tempo, hegemonizar um governo de centro-esquerda? Nestes dois anos e quase dois meses, é evidente que há o que comemorar em várias áreas de ação do governo. Como há, também, problemas graves que não decorrem da política econômica *estrito senso*. Mas o principal fato a destacar é que não conseguimos (nem tentamos) abalar a hegemonia que o capital financeiro mantém sobre a sociedade brasileira.

REFORMA MINISTERIAL

“Concluir reforma foi necessário”

Com o anúncio de dois novos ministros, em 22 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concluiu as negociações em torno da reforma ministerial. O deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR), indicado para substituir o interino Nelson Machado na pasta do Planejamento, e o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que assumiu a Previdência no lugar do também senador Amir Lando (PMDB-RO), foram empossados no mesmo dia.

Em nota divulgada à imprensa, a Presidência da República esclareceu que detém a competência privativa sobre a atribuição de ministros de Estado. Através do documento, Lula agradeceu aos ex-ministros pelos serviços presta-

dos ao país. Nelson Machado voltou à Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, enquanto Lando retomou suas funções no Senado.

“Diante das especulações, das pressões desmedidas e das precipitações em torno da reforma, o presidente fez o que era correto e necessário”, comentou José Genoíno, presidente nacional do PT, a respeito da decisão tomada por Lula.

Genoíno reafirmou o apoio e a solidariedade do partido para com a decisão do presidente da República. “A reforma é um assunto de competência exclusiva do presidente. O PT não criará constrangimentos nem alimentará pressões”, disse.

Na avaliação do ministro-

chefe da Casa Civil, José Dirceu, a troca de ministros não interrompeu o andamento dos programas do governo nem a pauta normal de votações no Congresso Nacional.

“Não vejo que nenhum ministério tenha parado de trabalhar por causa da reforma. Temos 26 meses de governo e experiência sobre mudança ministerial. O governo tem planejamento e plano de ação que muitas vezes independe de decisões conjunturais”, afirmou Dirceu.

O ministro não acredita que os ministros que permanecem no cargo tenham sido abalados pela reforma. “Eles têm a delegação de poder do presidente, não sei porque ficariam enfraquecidos”, afirmou o titular da Casa Civil.



Lula empossa os ministros Paulo Bernardo (Planejamento) e Romero Jucá (Previdência)

Planejamento não é um sacrifício, diz Bernardo

Encabeçado desde 22 de março pelo deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR), o Ministério do Planejamento tem a missão de priorizar o setor de transportes, executar com eficiência o orçamento da União e ajudar a melhorar as relações entre Executivo e Legislativo na esfera federal.

“Esse é um ministério importantíssimo, que cuida do planejamento, da gestão de políticas públicas, da parte de pessoal. Não é um sacrifício”, disse Paulo Bernardo. O pe-



Paulo Bernardo

tista substituiu o interino Nelson Machado, que ocupava desde novembro a vaga dei-

xada por Guido Mantega, atual presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Machado voltou a ser secretário-executivo do ministério.

O novo ministro disse que a execução orçamentária de 2005 será difícil, mas melhor que a de 2003 e a de 2004. Neste ano, aumentaram despesas sociais em áreas como Bolsa Família, Previdência Social e salário mínimo, que são compromissos do governo, segundo o petista.

O paulistano Paulo Ber-

nardo começou sua militância política na luta estudantil contra a ditadura, o que lhe custou ser expulso da Universidade de Brasília em 1976.

Funcionário do Banco do Brasil, foi diretor da Federação dos Bancários do Paraná e secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul. Está em seu terceiro mandato como deputado federal. Filiou-se ao PT em 1985, e ocupou por duas vezes a vice-liderança do partido na Câmara. Neste ano, foi presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Jucá anuncia medidas para a Previdência

Dois dias após assumir a pasta da Previdência, o ministro Romero Jucá (PMDB-RR), lançou o Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social. Entre as metas para 2005 está a redução do déficit da Previdência para R\$ 32 bilhões. Hoje esse déficit é de 37,8 bilhões. “A idéia é, nos próximos dois anos, chegar a uma redução de 40%”, destacou.

Nascido em Recife (PE), Jucá é pós-graduado em Engenharia Econômica pela Universidade Católica de Pernambuco. Foi secretário municipal de Coordenação de Recife e presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Nomeado governador de Roraima em 1988, Jucá tornou-se secretário federal de Habitação em 1992. O peemedebista é senador desde 1994.

Lula: Relação com o Congresso deve melhorar

Na primeira reunião ministerial realizada depois das mudanças no primeiro escalão do governo, em 23 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recomendou aos ministros que melhorassem o relacionamento com os parlamentares no Congresso Nacional.

Segundo o presidente, é preciso que cada ministro se empenhe para atender as principais solicitações de deputados e senadores, como forma de garantir ao Executivo um apoio mais sólido da base aliada.

“Ele (o presidente) pediu que o relacionamento com o Congresso melhora, e isso depende de cada um dos ministros. Eles precisam estar mais atentos às audiências com os parlamentares e aos (seus) pleitos”, afirmou o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Além de cobrar mais empenho dos ministros para melhorar a relação com o Congresso, Lula também pediu mais trabalho e coesão aos seus auxiliares diretos.

Segundo o ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, o presidente fez uma exposição sobre as prioridades do governo para 2005, como as obras de transposição

do rio São Francisco, a ferrovia Transnordestina e a implantação do projeto de biodiesel no país.

“Lula disse que acha que este será o nosso ano, muito favorável ao país. Está bastante otimista com o crescimento da economia. Agora cada ministro tem que arregarçar as mangas, atingir as metas que foram programadas, e trabalhar aprimorando a gestão”, afirmou o líder Mercadante.

Aplicação de recursos

Segundo o petista, o presidente também fez um apelo para a melhoria da aplicação dos recursos federais. “O objetivo é que o país tenha mais capacidade de investimento, o que é muito importante para o crescimento e a geração de emprego”, explicou o senador.

Na opinião de Márcio Thomaz Bastos, o presidente Lula fez a reforma que estava “no âmbito da sua vontade e de sua possibilidade política”.

Daqui para a frente, segundo o ministro, o presidente “fará as modificações que forem adequadas no momento oportuno”.

Bastos não acredita, no entanto, que as mudanças terão reflexo no relacionamento com a base aliada no Congresso.

Humberto Pradera



Paulo Rocha

O novo líder do PT na Câmara, Paulo Rocha (PA), defende que a bancada petista se antecipe às decisões de governo, discutindo projetos a serem enviados ao Con-

LIDERANÇA DO PT NA CÂMARA

gresso. “A bancada quer influenciar e participar mais das decisões de governo”, afirmou Rocha.

A intenção é que a bancada petista seja ouvida sobre matérias consideradas importantes, como as reformas trabalhista e sindical e a autonomia do Banco Central. “Semanalmente, ou de 15 em 15 dias, vamos fazer encontros da coordenação da bancada com os ministros”, anunciou.

Rocha reiterou que um dos grandes desafios de sua gestão será conseguir a unidade da bancada e afinar o diálogo com o governo. “Esse exercício não tem sido fácil para o partido, uma vez que foi o principal partido de oposição e vem da luta sindical e social. Enfrentar temas importantes num governo de transição, que é o governo Lula, é um desafio para uma bancada que tem suas origens e pés fincados na luta

social e na luta política. Mas vamos superá-lo com muito diálogo”, disse o deputado.

Sobre a relação da bancada com o novo presidente da Casa, Severino Cavalcanti (PP), Paulo Rocha definiu-a como “respeitosa e de reconhecimento à presidência”. “Mas nós faremos valer a força da maior bancada da Câmara. Num processo de diálogo e negociação, travaremos uma boa relação com ele”, afirmou.

LIDERANÇA DO PT NO SENADO

Escolhido o novo líder do PT no Senado, Delcídio Amaral (MS) prevê que a pauta da Casa em 2005 será mais leve, concentrada em ajustes para dar seqüência a arcabouços legislativos destinados a fazer o país avançar. “Vamos votar agora leis ordinárias destinadas à consolidação de uma economia forte, com crescimento sustentável, que atraia efetivamente investidores, para fazer com que nosso país se desen-

volva e resgate a dívida social que o país vem arrastando por tantos anos”, disse o senador.

Entre esses projetos, Delcídio mencionou o das agências reguladoras, que está na Câmara e que, em sua avaliação, é de fundamental importância, “porque é a complementação de tudo aquilo que se espera, principalmente na macro e microeconomia”. Ele informou ainda que vai mobilizar a bancada para conseguir

da Câmara dos Deputados a votação definitiva da reforma tributária. Seu objetivo é utilizar 2005 para fazer toda a regulamentação dessa matéria, principalmente a relativa ao ICMS, “que é hoje um grande desafio”.

Delcídio anunciou também sua preocupação com projetos que precisam ser implementados “para construir um novo Brasil”, como a reforma política.



Delcídio Amaral

Segundo ele, mesmo que ela não seja ampla, deve “efetivamente melhorar as práticas legislativas e políticas no Brasil”.

Wilson Dias/ABR



Arlindo Chinaglia

O deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) assumiu no mês passado a liderança do governo na Câmara, em substituição ao deputado Professor

LIDERANÇA DO GOVERNO NA CÂMARA

Luizinho (PT-SP). Uma de suas prioridades será trabalhar para construir a unidade da base aliada. Chinaglia afirmou que pretende ouvir mais os deputados para evitar derrotas do governo em votações na Casa. “Como líder do governo, tenho que estar atento a aquilo que são as prioridades do próprio governo, porém respeitando não só a base aliada como a oposição”, disse.

O líder prometeu empen-

ho para destravar questões que estão há muito tempo paradas na Câmara.

Ele adiantou que o presidente Lula deve participar pessoalmente das articulações mais importantes “para que se normalize de uma vez por todas nossas relações na Câmara no que diz respeito à base aliada”.

O deputado defendeu ainda que a votação da reforma tributária não seja fatiada.

“Tem que colocar tudo no mesmo caldeirão, aumentar essa pressão o suficiente para sair uma reforma. E eu creio que ela vai sair”, explicou. Chinaglia lembrou que as divergências internas do PT fortalecem o debate e mantêm o partido vivo. Mas ele alerta que não deve haver divergências após a tomada de posição. “É da nossa tradição que, uma vez tomada a decisão, a maioria comanda.”

REFORMA SINDICAL

PT amplia debate sobre proposta

Com o 2º Seminário Nacional sobre a Reforma Sindical, realizado no dia 1º de abril, em São Paulo, o PT e os sindicalistas do partido iniciaram um processo de aprofundamento do debate sobre a proposta de reforma sindical. A intenção do partido é ampliar as discussões, levando o debate para todos os Estados.

A base de toda a discussão é a proposta de reforma elaborada pelo governo federal, centrais sindicais de trabalho e empresários, consensuadas no Fórum Nacional do Trabalho e enviada ao Congresso em março. O seminário mostrou que há pontos de consenso e outros de divergência, e que o texto que será analisado pelo Congresso deverá sofrer alterações.

Entre os debatedores estavam o ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, o presidente do PT, José Genoino, o secretário sindical do PT, João Felício, o presidente da Fundação Perseu Abramo, Hamilton Pereira, e o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, além de outros representantes da CUT, do PT e do Ministério do Trabalho.

Segundo Felício, o seminário, que contou com a participação de cerca de 500 pessoas, teve um debate qualificado e contribuiu para escla-

recer as dúvidas e a desinformação sobre a proposta. De acordo com ele, o texto provoca uma mudança de rumo de uma situação tutelada pelo Estado para avançar na busca da plena liberdade sindical. “Precisamos fazer uma ampla análise sobre os avanços da proposta”, disse.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Luiz Marinho, afirmou que a reforma sindical, neste momento, é um importante passo para a conquista da liberdade e da autonomia sindical. “O texto da reforma não garante a completa autonomia, mas não podemos continuar com a estrutura sindical que temos hoje. A situação não é boa, nem para empresários, nem para os trabalhadores. Estamos no caminho certo para a autonomia”, reiterou.

De acordo com João Felício, entre os consensos explicitados no seminário estão questões como o reconhecimento das centrais sindicais, a organização por local de trabalho, o substitutivo processual, o fim do imposto sindical e a necessidade de ao menos 20% de associados da categoria para o reconhecimento legal dos sindicatos. As divergências, segundo o secretário, merecem um debate maior pelo partido (leia abaixo).

Entre consensos e dissen-

sos, Hamilton Pereira resumiu a importância do momento. “Este é um reencontro do partido com suas raízes de classe e com a base social que lhe deu origem”, disse. “Nenhum outro partido tem condições de reunir a qualidade de pessoas que acompanham este seminário.” Para ele, a estrutura sindical definida no projeto atual não é o ideal, mas será capaz de demonstrar a força sindical que levou à eleição de Lula. “Vamos avançar a partir da base social real do PT e oferecer ao país mais este avanço democrático.”

Após a mesa de abertura, o secretário de Relações Sindicais do Ministério do Trabalho, Osvaldo Bargas, expôs em detalhes a proposta enviada ao Congresso. Representando a CUT, Rosane da Silva e Artur Henrique dos Santos expuseram os 17 pontos com os quais a CUT concorda, além de outros sete em que há discordância.

As posições expressas no seminário devem ser levadas às bancadas petistas na Câmara e no Senado. Felício e Genoino decidiram propor uma reunião entre petistas sindicais, a Executiva da CUT e a direção do partido e a bancada do PT no Congresso para apresentar o resultado das discussões e ampliar o debate com os parlamentares.



Genoino, Marinho, Pereira, Berzoini e Felício na mesa de abertura do seminário

“Não podemos permitir que ‘emparedem’ o debate”

O presidente nacional do PT, José Genoino, afirmou que o partido deve lutar para evitar o “emparedamento” do debate sobre a reforma sindical por parte de um setor da sociedade que tenta dar uma roupagem antidemocrática e cartorial à estrutura sindical. Genoino ressaltou que alguns temas sofrerão resistência na atual correlação de forças do Congresso Nacional e, como tática, defendeu que o PT estabeleça uma plataforma de negociação como forma de explicitar o jogo de interesses e mostrar “quem é quem” no debate.

Um dos consensos entre os debatedores é a defesa da organização por local de trabalho, prevista na proposta. “Se quiserem tirar esse ponto, é guerra”, disse Genoino. “Para nós, é melhor não fazer a reforma sindical do que abrir mão disso”. Ele avalia que a questão da organização por local de trabalho representará um enfrentamento, uma vez que não só estabelece uma organização representativa, mas “quebra o cartorialismo autoritário e pelego dentro da es-

trutura sindical”.

Sobre essa questão, o presidente da CUT, Luiz Marinho, faz coro. “Com esta inovação, o processo de organização volta para as mãos dos sindicatos”, explica. Ele também criticou o discurso radicalizado de alguns grupos de extrema esquerda. “Estes discursos estão a serviço da extrema direita, a interesses de poucos. Não aceitam dialogar e tentam promover o desgaste do governo Lula.”

O ministro Ricardo Berzoini diz que o governo não abriria mão deste ponto. Segundo ele, experiências internacionais mostram que o instrumento não acirra o conflito, mas melhora o entendimento entre as partes interessadas no processo de discussão. “A possibilidade de organização no próprio local de trabalho deve garantir o direito da liberdade de discussão”, avalia. O que ocorre, diz o ministro, é o desenvolvimento do respeito de uma parte para com outra. “E não a subjugação dos mais fortes para com os mais fracos”.

Neste ponto, a divergên-

cia está no detalhe, conforme explica o secretário sindical do PT, João Felício. “A CUT defende que haja a organização independentemente do tamanho do local de trabalho. O projeto do governo propõe organização para empresas com mais de 30 funcionários, e os empresários só querem que isso ocorra nas empresas com mais de 200 funcionários. Esta última hipótese excluiria mais de 80% das empresas do país”, ressalta.

Garantia de direitos

Hoje, segundo Genoino, o momento é de garantir direitos. “Nós assumimos um claro compromisso de que vamos entrar nesta luta e garantir direitos, não eliminá-los. Este é o sentido que está permeando a reforma sindical.”

O debate sobre o imposto sindical, diz ele, tem que ser enfrentado com uma posição de esquerda, “e não como uma compensação. Ele rechaça a posição de ‘coitadinhos’ em que alguns sindicatos se colocam, ‘como se precisassem de um paternalismo compulsório para se organizar’”.

Debate sugere alterações

A mesa de debate “O que queremos dessa reforma”, que ocorreu na segunda parte do seminário, teve representação das principais correntes internas do PT e expressou a necessidade de que sejam feitas mudanças na reforma — alguns defendem alterações pontuais no texto atual,

de Formação Política do PT, Joaquim Soriano, ressaltou a necessidade de aproximar a população do debate da reforma sindical. Para ele, a reforma só poderá avançar com o conhecimento e o apoio da sociedade. “E

o PT pode buscar um acordo político em torno das questões centrais da proposta de reforma, mas com uma posição singular” disse.

Contrários

O jornalista Pedro Pomar se posicionou contra a aprovação da reforma sindical neste momento. Ele citou a eleição de Severino Cavalcanti e a dificuldade para aprovar a medida 232 como derrotas sucessivas do governo na Câmara. “A conjuntura para aprová-la é desfavorável”, disse.

Em resposta, o secretário sindical do PT, João Felício, disse que não é possível ignorar o debate mesmo que se considerasse o momento pouco favorável. “Se fôssemos esperar momentos mais favoráveis, a CUT sequer teria nascido”, disse.

Júlio Turra, diretor executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), colocou-se contra a votação da reforma. Ele entende que o texto atual não fortalece os sindicatos de base e fere a autonomia sindical, o que, segundo ele, vai contra os princípios basilares da CUT.

Para o deputado federal Ivan

Valente (PT-SP), a reforma não contempla as necessidades dos trabalhadores no âmbito sindical. Ele propôs a apresentação de emendas que regulamentem questões pontuais já previstas na Constituição. “Existem propostas possíveis para avançar na defesa sindical que garantem maiores ganhos políticos. É preciso buscar uma agenda positiva”.

João Felício discorda daqueles que consideram a

proposta um atraso. “Acho que o texto dá conta, sim, do debate histórico que o partido sempre fez. Se fosse para contemplar 100% do que o PT e a CUT defendem, não

seria necessário o Fórum [Nacional do Trabalho]. Bastava incumbir um deputado petista de apresentar um projeto com mínimas chances de conseguir aprovação.” Felício sugere, no entanto, que pontos de discordância sejam mais debatidos dentro do partido.



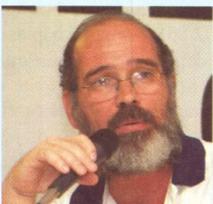
Vicentinho



Joaquim Soriano

outros sugerem mudanças radicais de rumo, até com o abandono da proposta.

O deputado federal Vicentinho (PT-SP), provável relator da reforma na Câ-



Pedro Pomar

mara, afirmou que a proposta do governo contém avanços e que eventuais mudanças devem ser feitas “com o jogo em andamento”.

Para ele, é preciso avançar na discussão para alavancar o processo de mudança proposto pela reforma. “Defender a proposta é garantir mudanças” avaliou Vicentinho.

O Secretário Nacional



Rosane Silva



Júlio Turra



Ivan Valente

C P I D O B A N E S T A D O

José Mentor: “Dever cumprido”

Após 20 meses de investigações, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) encerrou, em 27 de dezembro de 2004, os trabalhos da CPMI da Evasão de Divisas, mais conhecida como CPI do Banestado, da qual era presidente, sem colocar em votação o relatório elaborado pelo deputado José Mentor (PT-SP), que pedia o indiciamento de 91 pessoas físicas ou jurídicas e o aprofundamento de investigações de 107 casos. Em entrevista ao **PT Notícias**, Mentor faz um balanço de seu período na relatoria, apresenta os avanços trazidos pelas investigações da CPI, mostra que os trabalhos não foram em vão e lamenta as manobras de Antero para evitar a continuidade do processo. Apesar do desfecho, diz: “Saio com a sensação do dever cumprido.” Abaixo, alguns trechos da entrevista, que pode ser consultada na íntegra no Portal do PT (www.pt.org.br).

O partido passou alguma orientação especial quando o indicou para relatar a CPI do Banestado?

Em junho de 2003, o deputado Nelson Pelegrino [então líder da bancada] orientou-me a: 1) não permitir que a CPI comprometesse as reformas que estavam em andamento (tributária e previdenciária); 2) cuidar para que a CPI não contaminasse a economia em um período de dificuldades nessa área; e 3) realizar uma investigação séria, consistente e republicana. Foi o que busquei fazer.

Quais foram os objetivos e principais dificuldades da CPI do Banestado?

A CPI era chamada de ‘CPI das CPIs’, sabidamente auto-explosiva, que atrairia desde aqueles interessados em aparecer com factóides na mídia a outros em proteger determinados interesses partidários. Procuramos afastar essas práticas fixando critérios republicanos, democráticos e éticos. Fixamos objetivos de aprofundar as informações das práticas de evasão já conhecidas e identificar as novas; identificar os meios e sistemas utilizados, seus executores, os beneficiários finais, localizar os recursos e tentar repatriá-los e apresentar sugestões aos órgãos envolvidos na fiscalização e no combate ao crime, bem como sugestões legislativas. Sabíamos que os obstáculos, como a diferença de legislação entre os países envolvidos, a abrangência do tema — evasão de divisas — e o tempo disponível para investigação — 120 dias — tornavam praticamente impossível concluir todos os assuntos e casos que a CPMI viesse a tomar conhecimento.

O sr. está satisfeito com o relatório que apresentou?

O relatório resume o aprofundamento das investigações sobre práticas já identificadas (laranjas, fraude na CC-5, rede de compensação de doleiros, etc); cita triangulações de captação de recursos no exterior por empresas estatais cujas divisas não entraram no país e cuja moeda forte, quando do pagamento, o país deveria produzir; descreve os casos concretos que apurou em 790 páginas e 771 outras de documentos. E, contra todos os indiciados (91), apresentou fortíssimos indícios, quando não provas concretas e irrefutáveis, de irregularidades; para os casos que pede o aprofundamento da investigação (107), descreveu as circunstâncias em que existem fortes indícios a serem explicados. Além disso,

apresenta várias sugestões ao Banco Central, Ministério Público, Polícia e Receita Federais, ao Ministério da Justiça e da Fazenda, algumas delas já em curso. Fiquei satisfeito com o relatório apresentado, embora lamente não ter podido aprofundar várias investigações que começamos. Saio com a sensação do dever cumprido.

Que resultados práticos a CPI produziu?

A CPI teve o papel de agilizar o trabalho dos demais órgãos a quem cabia a investigação e apuração dos fatos. Quando estabeleceu um fórum de articulação entre o Ministério Público Federal, o Poder Executivo (Ministério da Justiça e Polícia Federal), Ministério da Fazenda (Delegacia da Receita Federal) e a própria CPMI (presidente e relator), a comissão foi a primeira a mostrar a necessidade de articulação entre os vários órgãos incumbidos da normalização, fiscalização e combate ao crime organizado. Foi graças à CPI e por sua proposta que as autoridades americanas de Nova York transferiram os sigilos de movimentações naquele país. Ela teve esse papel de maior divulgação, o que propiciou o aumento de arrecadação, pois várias pessoas, mesmo em casos já prescritos do ponto de vista tributário, procuraram o fisco para regularizar a situação das remessas que realizaram, retificar suas declarações de Imposto de Renda, receosas de possíveis repercussões.

Quais os principais casos investigados?

Analisamos a legislação cambial e das remessas para o exterior. Começamos com as autorizações especiais concedidas pelo BC em Foz do Iguaçu, que resultaram na evasão de US\$ 32 bilhões, através de contas CC-5. As investigações ganharam impulso com a obtenção do sigilo das movimentações da Beacom Hill, onde brasileiros — pessoas jurídicas e físicas, bancos, financeiras, casas de câmbio e doleiros — possuíam contas e subcontas para passarem suas transações e distribuí-las pelo mundo. Analisamos processos de investigação do Banco Central referentes a instituições financeiras; operadoras de câmbio do mercado paralelo; bancos liquidados e vendidos; jóias e pedras preciosas; empresas de transporte aéreo e empresas de ônibus; caso CRT e Sabesp; MTB Bank; empresas de factoring; operações relacionadas ao futebol; e mais 23 casos concretos específicos. Além disso, obtivemos muitas informações que não puderam ser investigadas. A CPI obteve o sigilo, pela primeira vez, de documentos americanos de movimentações de brasileiros em instituições financeiras suspeitas, os quais foram legalmente remetidos para o Brasil. Sem contar com a base de dados das contas CC-5 do Banco Central (700 mil movimentações), que se presumem legais, mas que sabemos e comprovamos: muitas foram fraudadas. Recebemos mais 1,6 milhão de movimentações de cerca de 600 mil pessoas jurídicas ou físicas constantes de outras bases suspeitas

E o que foi feito desse 1,6 milhão de operações?

O mais fácil, talvez, seria relacionar todas as operações e todos os envolvidos. Mas, evidentemente, estaríamos misturando pessoas honestas, que cumpriram a legislação, com infratores e bandidos. Com certeza, uma parte da impen-



O relator da CPI do Banestado, José Mentor, acusa Antero de politizar comissão

sa ficaria satisfeita, pois nomes de famosos que possuem transações no exterior constariam oficialmente da relação. Nós tivemos que tomar uma decisão difícil, porém, a única revestida de seriedade e consistência. Entre alguns minutos de glória e acusações levianas e irresponsáveis, optamos pela seriedade. Propusemos o encaminhamento ao Ministério Público Federal de todas as bases de dados, com todas as operações e documentos recebidos para que, com a votação do relatório, pudessem ser utilizados contra aqueles que, comprovadamente, tivessem cometido delitos e ilegalidades.

A CPI virou palco de embate político entre o PSDB e o PT?

O presidente da CPI, Senador Antero Paes de Barros, politizou a comissão e obstruiu a investigação. A reconvocação de Gustavo Franco, ao contrário do que Antero afirmou, não foi uma manobra do PT, foi uma necessidade da investigação. A CPI não virou embate entre o PSDB e o PT. Primeiro porque não foram todos os parlamentares do PSDB que agiram dessa maneira. Foram os senadores Antero e Artur Virgílio. Eu desafiei ambos a apresentarem um caso em que o relator tenha agido partidariamente a investigação, sem critério republicano e desligado da investigação. Não apontaram!

Por que reconvoçar o Gustavo Franco?

O Gustavo Franco foi convocado, inicialmente, para falar sobre as autorizações especiais concedidas a cinco bancos em Foz do Iguaçu, em 1996, quando era diretor do Banco Central. Uma situação inusitada que resultou na evasão de US\$ 32 bilhões. A reconvocação era para tratar de outro assunto, que não era conhecido quando ele esteve na CPI. Uma operação realizada quando Gustavo Franco era presidente do BC, em 1998: a aplicação de US\$ 840 milhões das reservas do Brasil no Banco Bilbao Visaia (BBV) na Espanha, para render 3,5% ao ano. E, concomitantemente, o investimento, no mesmo dia, pelo mesmo BBV da Espanha, dos mesmos US\$ 840 milhões, no Brasil, em letras do Tesouro Nacional, a 14,5% ao ano.

E os vazamentos?

Alguns poucos nomes vazaram para a imprensa: Beni Parnes, Candiota, Casseb, Cipriani, Meirelles, senador Nei Suassuna e deputado Ricardo Rique. Ao invés de privilegiarem a investigação séria e consequente, preferiram “pinçar”

alguns nomes famosos e oferecê-los à imprensa. Acho que é só ir atrás dos pentamentos e verificar quem tentou se beneficiar deles. O Beni Parnes era diretor do Banco Central desde o tempo de Armínio Fraga e permaneceu com Henrique Meireles, no governo do PT, por alguns meses. Vazaram movimentações dele através das CC-5, perfeitamente identificadas. O mesmo aconteceu com Candiota, também através de CC-5, dirigente do mercado financeiro e também diretor do BC. O mesmo vazamento fizeram com o Casseb, executivo do mercado financeiro e presidente do Banco do Brasil, também com operações de CC-5. Todas as operações de CC-5 têm presunção de legalidade. Ao invés de mandar uma requisição de informações e documentos a essas pessoas, preferiram vazarem para criar o clima de instabilidade. Depois vazaram operações do MTB do Candiota, do Casseb e do Henrique Meirelles, que poderiam ser ou não legais, sem buscar qualquer informação complementar sobre tais movimentações. Evidentemente que o alvo era a área econômica do governo, que já vinha apresentando resultados muito positivos. A politização da CPI por alguns parlamentares do PSDB ocorreu, com maior intensidade, quando solicitei a reconvocação de Gustavo Franco. Evidentemente, não posso acusar esse ou aquele de vazamentos. Mas é só ver o resultado para saber quem se beneficiou.

Quanto sigilos bancários e fiscais foram quebrados? Houve devassa?

Não houve devassa alguma. A investigação é que era grande mesmo. Esse foi um dos temas de maior exploração pela imprensa e infelizmente não teve sua dimensão totalmente equacionada. Por proposta minha ou com meu parecer favorável, foram quebrados 1.207 sigilos, entre fiscais, bancários, telefônicos e telemáticos. Para cada um deles, apresento os argumentos, os motivos e as ligações com as investigações. O único caso em que não houve critério foi o do Antonio Celso Cipriani, da Transbrasil, na tentativa de retaliação do senador Antero pela reconvocação de Gustavo Franco.

Por que houve uma paralisação das investigações no meio do processo?

Antero foi o grande responsável pela paralisação das investigações a partir do carnaval de 2004, após a reconvocação de Gustavo Franco. Marcava e desmarcava sucessivas reuniões sem qualquer motiva-

ção. Passava dias sem convocar sessões. Desmarcou diligências aprovadas. Deixou de convocar depoimentos formulados de forma idêntica a outros, alegando problemas formais nos indeferimentos. Impediu o acesso aos documentos para a continuação das investigações. Enfim, usou de seu cargo para obstruir a investigação e não aprofundar determinados casos.

Quais casos?

O do BBV/Excel-Econômico, por exemplo. Ou operações da CRT e Sabesp, em 1997 e 1998, onde houve captação de recursos internacionais, de moeda forte (US\$), através de triangulação com títulos do tesouro americano, através de doleiros, para, posteriormente, nos vencimentos futuros, pagar com dólares que toda a Nação produziu. Além dos aspectos criminais envolvidos, o país não recebeu o dólar captado e ainda teve de arrumar dólar para pagar a dívida.

O sr. foi acusado pela oposição de ter supostamente formado um banco de dados que se tornariam dossiês de uso político. Houve em algum momento uso político das informações obtidas?

Da minha parte, não houve. É só analisar, mais detidamente, o relatório final para verificar se, como o relator, se quisesse, poderia utilizar informações que dispunha. Não utilizei esse expediente porque o vazamento não ajuda a investigação. Não fiz dossiê nenhum, não vazei informação nenhuma, não fiz banco de dados de nenhum tipo. E também não coloquei o nome de ninguém nos bancos de dados que a CPI recebeu. Todos os nomes, famosos ou não, de famílias importantes ou não, de gente poderosa ou não, que constam do relatório ou foram remetidos ao Ministério Público, já constavam desse banco de dados. E são eles que devem explicações de suas operações.

Por que o prefeito Paulo Maluf não foi indiciado?

Quando o PT — senadora Serys e deputado Valverde — pediram a convocação do ex-prefeito Paulo Maluf, em julho de 2003, eu propus deixar o requerimento aguardando melhor oportunidade para aprovação, porque a CPI não dispunha dos documentos que a imprensa divulgava. Em março de 2004, quando o noticiário informava que a Suíça estaria remetendo os papéis para o Brasil, apresentei requerimento, que a CPI aprovou, solicitando que tais papéis fossem encaminhados também para a

CPI. Mas a comissão não recebeu tais papéis. Eu não poderia, sob pena de desmoralização, chamar alguém para formular qualquer acusação com base em notícias de jornal, revistas ou fitas de vídeo. O Senador Antero, um dos que mais cobraram o indiciamento do ex-prefeito, no seu voto também não o indiciou. O relatório tratou o ex-prefeito Paulo Maluf, o ex-ministro Armínio Fraga e todos os outros que estavam na mesma situação da mesma forma. Pediu que o Ministério Público e outros órgãos competentes aprofundassem as investigações.

O fim da CPI tem a ver com o fato de Antero ter tomado conhecimento do interrogatório do comendador Arcanjo?

O fim da CPI é uma sucessão de fatos que culmina com o interrogatório do Comendador Arcanjo, no Uruguai: 1) a tentativa dos senadores Antero e Artur Virgílio de impedir a prorrogação da CPI em junho de 2004. 2) a deliberada obstrução que Antero praticou para impedir que a investigação prosseguisse; 3) a tentativa de desacreditar a CPI na opinião pública para que houvesse um movimento pelo seu fim; 4) o retardamento da remessa da carta rogatória aprovada pela CPI em maio de 2004, para ouvir o Comendador Arcanjo no Uruguai, que somente foi encaminhada pelo presidente Antero no final de novembro de 2004, quando já se previa o fim da CPI em dezembro, de forma a não dar tempo de ouvir o Comendador; 5) o encerramento arbitrário e inconstitucional da CPI pelo presidente Antero em 27 de dezembro de 2004, contrariando posição oficial da mesa do Congresso, que apontava o prazo para 27 de fevereiro de 2005. O encerramento foi logo após Antero tomar conhecimento da designação da data de 16 de fevereiro para a audiência no Uruguai; e 6) as manobras do presidente para impedir a votação do relatório final para que os documentos que a CPI amealhou, juntou e obteve deixassem de ser utilizados como prova pelo Ministério Público.

Com o encerramento da CPI sem a votação do relatório, o que acontece agora? É possível querer a reabertura da CPI?

Após o relatório preliminar, acolhi 51 sugestões dos parlamentares, total ou parcialmente. O voto em separado do senador Antero Paes de Barros — na verdade, um resumo dos vazamentos — também foi absorvido na parte que responsabilizava Gustavo Franco, apesar de concluir pela sua inocência. E, em 24 de fevereiro, antes do prazo final da CPI definido pelo Congresso Nacional (27/02/05), entreguei cópias ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, e propus a convocação da CPI para votar o relatório final. Face à não convocação da sessão para votação do relatório, estou remetendo cópia a todas as autoridades nele citadas — Ministério Público Federal, Receita Federal, Polícia Federal, corregedorias parlamentares e Banco Central — para que cada uma delas tome as iniciativas sobre os fatos narrados no relatório. Infelizmente, a não-votação do relatório impede que, junto com ele, sigam as provas que a CPI juntou. Infelizmente, não votar o relatório, como fez acontecer o presidente da CPI, acabou beneficiando a bandagem.